

Aconteceu

MULHER E CONSTITUINTE

MULHERES EXIGEM CIDADANIA PLENA

Lideradas por uma feminista de 81 anos, Carmem Portinho, 800 ruidosas e animadas mulheres ocuparam ontem a Câmara para fazer a entrega oficial de suas reivindicações ao presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães. Convocada pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, procedentes de todas as partes do país, elas chegaram à Câmara às 16h empunhando cartazes e cantando. Só às 18h, depois de terem tomado a mesa, o plenário e as galerias, cantando o Hino Nacional, de mãos dadas, elas se retiraram. Logo que chegaram à Câmara, houve um impasse: as mulheres concentradas no Salão Nobre queriam a todo custo invadir o plenário. Os ânimos se acalmaram com a chegada de Ulysses. Houve uma enorme confusão quando todos quiseram testemunhar a entrega da Carta das mulheres à Constituinte. Apesar do tumulto, o documento foi entregue e as deputadas, lideradas por Benedita da Silva (PT-RJ), conduziram as mulheres às galerias e os parlamentares, ao plenário. Uma das mais aplaudidas foi Benedita da Silva, quando disse: "Estamos reclamando o direito à cidadania. Somos legítimas representantes daquelas que, em silêncio, possibilitaram que os senhores (digirindo-se aos deputados) estejam sentados aí". Também a deputada Beth Azize (PMDA-AM) foi aplaudida quando disse que "mais da metade da Constituinte deveria ser composta por mulheres, que representam mais de 50% do eleitorado brasileiro". Ana Maria Rattes (PMDB-RJ) ressaltou: "É a primeira vez que as mulheres são maioria neste plenário e na mesa. A nossa luta, não é só das mulheres, mas do povo brasileiro que busca igualdade social". (JB - 27/3/87)



Aconteceu

Nº 404 - Março/1987

CEDI Centro Ecumônico de Documentação e Informação

Rua Cosme Velho, 98, fundos
Telefone: 205-5197
22241 - Rio de Janeiro - RJ

Av. Higienópolis, 983
Telefone 825-5544
01238 - São Paulo - SP

Conselho de Publicações
Anivaldo Padilha
Ary da Costa Pinto
Carlos Alberto Correia da Cunha
Carlos Alberto Ricardo
Heloisa de Souza Martins
Henrique Pereira Junior
Jether Pereira Ramalho (coordenador)
Jorge Luiz Carrera Jardineiro
Marcus Vinicius Grotti Borges
Neide Esterci
Sérgio Alli
Vera Maria Masagão Ribeiro

Diagramação e Arte ARTE GRAPHICA

Preço do exemplar avulso:
Cz\$ 2,00

Aconteceu Semanal

É uma publicação dedicada ao acompanhamento das lutas levadas por diversos setores populares.

As notícias da semana estão agrupadas em *trabalhadores urbanos, trabalhadores rurais, índios, movimentos populares, igrejas, política nacional, notícias internacionais* e outras. Contém também uma seção de *Cartas do Leitor*, onde são divulgadas manifestações, denúncias, atos públicos, etc. Nesta seção os leitores têm um espaço aberto para a divulgação das notícias que não saem na imprensa e outras fontes de informação.

O ACONTECEU semanal tem como assinantes lideranças indígenas, sindicatos e demais órgãos de classe, comissões pastorais, comunidades de base, missionários, operários, camponeses e outros. Ideal para quem não tem acesso a jornais diários ou quer conhecer as diversas situações de contato, lutas e reivindicações sociais de todo Brasil.

Assinatura Anual: Cz\$ 60,00 (Brasil);
US\$ 60,00 (América Latina);
US\$ 85 (América do Norte);
US\$ 100,00 (Europa, Ásia e África).

Envie junto com seu pedido um cheque nominal ou vale postal para CEDI-RJ

Assine a Revista



Publicação mensal do CEDI, com temas da atualidade analisados na perspectiva do ecumenismo comprometido com os movimentos populares.

Assinatura anual:
Cz\$ 120,00

Assinatura de apoio:
Cz\$ 200,00

Fazendo uma assinatura de apoio
você recebe de brinde
um exemplar dos Cadernos do CEDI.

Nome: _____
Endereço: _____
Cidade: _____ CEP: _____ Est.: _____
Telefone: _____ Profissão: _____ Idade: _____
Faca sua assinatura através de cheque nominal para o CEDI —
Centro Ecumônico de Documentação e Informação — Av.
Higienópolis, 983 — 01238 — São Paulo — SP.

Assine o Boletim

Aconteceu

Publicação semanal com um resumo das principais notícias veiculadas pelos órgãos de imprensa do país.

Assinatura anual Cz\$ 60,00

Nome: _____
Endereço: _____
Cidade: _____ CEP: _____ Est.: _____
Telefone: _____ Profissão: _____ Idade: _____

Faca a sua assinatura através de cheque nominal para o
CEDI — Centro Ecumônico de Documentação e Informação
Rua Cosme Velho, 98 — fundos — CEP 22241
Rio de Janeiro — RJ.

Constituinte

PMDB E PEQUENOS PARTIDOS DEIXAM PFL FORA DA MESA

O PFL está fora da Mesa da Constituinte, que foi eleita por um plenário com 311 deputados e senadores, após acordo entre o PMDB e os pequenos partidos. A composição final da Mesa - seu presidente, Ulysses Guimarães, foi eleito no dia da instalação da assembléia - é a seguinte: 1º vice - senador Mauro Benevides, PMDB do Ceará; 2º vice - deputado Jorge Arbage, do PDS do Pará; 1º secretário - deputado Marcelo Cordeiro, do PMDB da Bahia; 2º secretário - senador Mário Maia, do PDT do Acre; 3º secretário - deputado Arnaldo Faria, do PTB de São Paulo; suplentes - deputada Benedita da Silva, do PT do Rio de Janeiro; deputado Luís Soyer, do PMDB de Goiás; e deputado Sotero Cunha, do PDC do Rio. "Temos que ser pragmáticos". A frase, dita na manhã de ontem pelo líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, deflagrou o processo de negociação com os pequenos partidos para o preenchimento dos dois lugares vagos na Mesa pela desistência do PFL, o segundo maior partido, de participar na direção da assembléia. As 17h, quando o acordo foi concluído, estava sacramentada a primeira grande derrota do PFL na Constituinte. "Nunca antes tínhamos experimentado o peso de sermos minoria. Agora estamos sentindo o gosto amargo da derrota", admitiu o vice-líder Alceni Guerra. (JB - 27/3/87)

ENCONTRO DE MULHERES (RJ)

O Terceiro Encontro de Mulheres da Baixada Fluminense (RJ), realizado no fim de semana no Instituto de Educação Rangel Pestana, em Nova Iguaçu, terminou ontem com algumas propostas a serem encaminhadas à Assembléia Nacional Constituinte. Elas serão anexadas à Carta das Mulheres

à Constituinte, que foi entregue pessoalmente à Ulysses Guimarães, dia 26, em Brasília. Para Angela Borba, uma das coordenadoras do evento, e que faz parte do grupo Nós mulheres, o ponto positivo do encontro foi o fato de "as mulheres descobrirem que os seus problemas são os mesmos das que moram em outros municípios e que podem debatê-los sem vergonha ou medo". Os seis temas que integram a Carta das Mulheres à Constituinte - família, trabalho, saúde, educação, discriminação racial e violência - foram debatidos por cerca de 1.100 mulheres durante o encontro.

CONSTITUINTES NÃO CONSEGUEM CONSENSO EM PROPOSTAS SOBRE MULHERES

Apesar da diversidade ideológica da Banca da feminina, as 25 constituintes eleitas - a deputada Bete Mendes (PMDB-SP) licenciou-se para ocupar o cargo de secretária da Cultura do governo Orestes Quérzia - estão tentando manter a unidade em torno de questões de interesse da mulher como isonomia salarial, garantia de creches, proteção ao menor órfão ou abandonado, direitos e deveres iguais na sociedade conjugal. Mas são temas como a legalização do aborto - defendida por quase todas as entidades feministas - que ameaçam o "lobby" feminino, guiado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, órgão vinculado ao Ministério da Justiça. Na "Carta das Mulheres", entregue na última quinta-feira ao presidente do Congresso constituinte, da Câmara dos Deputados e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, por um grupo de feministas liderado pelas deputadas constituintes, o tema do aborto acabou sendo incluído no item saúde, através de uma reivindicação de "garantia de livre opção pela maternidade, compreendendo tanto a assistência ao pré-natal, parto e pós-parto como o direito de evitar ou interromper a gravidez sem prejuízo para a saúde da mulher". (FSP - 29/3/87)

O Terceiro Encontro de Mulheres da Baixada teve o apoio do Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Mulher, das Associações de bairros e de muitos voluntários. Para dar assistência às mulheres

que tinham filhos, foi organizada uma creche, em que muitas brincadeiras e trabalhos manuais foram criados para distrair as 140 crianças que ontem ficaram lá. (JB - 30/3/87)

O MOVIMENTO FEMINISTA NO BRASIL

Trabalhistas	Políticos	Conquistas
1922 Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, criada por Bertha Lutz para dar amparo à mulher trabalhadora e lutar pelo direito de voto.	1927 Mulheres do Rio Grande do Norte são as primeiras a conquistar direito de voto.	1975 Ano Internacional da Mulher, conforme resolução da Organização das Nações Unidas (ONU).
1970 Movimento de Luta por Creches se articula a nível nacional.	1932 Com a nova Constituição Federal, mulheres adquirem direito de votar. O movimento feminista entra em decadência até a década de 60.	1976 Instituída a "Década da Mulher" durante a Conferência Mundial do Ano Internacional da Mulher, no México, em junho.
1972 Mulheres operárias iniciam manifestações contra o custo de vida. Surgem organizações de moradores na periferia das grandes capitais e em São Paulo é fundado o Clube das Mães.	1964 Extinta Federação das Mulheres Paulistas.	1978 Grupo Gesta, ligado à Igreja Católica (IRJ), e Grupo de Ação Lésbico Feminista (SP).
1973 Associação das Donas de Casa (SP).	1968 Mulheres paulistas e cariocas desenvolvem o Movimento Nacional contra a Carestia.	1979 Ano de ebullição do movimento feminista com o surgimento de grupos em quase todos os Estados. As idéias gerais do movimento (como igualdade de direitos com os homens) e a existência de violências contra a mulher são mais difundidas. Em São Paulo, no 1º Congresso da Mulher Paulista, surge a Frente de Mulheres Feministas.
1976 Aumenta em 170,3%, o índice de sindicalização da mulher brasileira.	1972 Nas eleições municipais, sessenta mulheres são eleitas para prefeituras.	1980 Tema violência sexual debatido com intensidade. Surge SOS Mulher, inspirado no "Self-Help" de Boston (EUA) e o Centro de Defesa dos Direitos da Mulher de Belo Horizonte (MG).
1977 Mulheres metalúrgicas e da indústria têxtil fazem greves por equiparação de salários com os homens.	1974 Movimento Feminino pela Anistia transforma-se em Movimento Brasileiro pela Anistia, com representantes em todos os Estados brasileiros.	1981 1º Encontro Nacional da Mulher (RN) e 3º Congresso da Mulher Paulista. Criação do Centro de Informação da Mulher (CIM) em São Paulo.
1978 Nasce a Frente das primeiras movimentos feministas. Têm caráter trabalhista e acadêmico.	1975 No Encontro para o Diagnóstico da Mulher Paulista nasce o Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira (CDBM).	1983 Conselho Estadual da Condicão Feminina em São Paulo e Minas Gerais. Criados para elaborar política e influenciar iniciativas dos governos estaduais.
1980 Ação da Mulher Trabalhista do PDT e criação do Grupo Associação de Mulheres do Mato Grosso.	1977 Comissão de mães em defesa dos direitos humanos (SP).	1984 Participação dos movimentos na campanha pelas Diretas-Já e apresentação ao Congresso Nacional de um novo Estatuto da Mulher a ser incorporado ao Código Civil Brasileiro.
1982 Movimento Unitário de Mulheres do Rio Grande do Sul.	1978 58 mulheres são eleitas para prefeituras.	1985 Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Mulher, presidido pela deputada federal Ruth Escobar, a nível nacional. Criada, em São Paulo, a primeira delegacia especializada na defesa da mulher.
1984 Conselho Estadual da Condicão Feminina desenvolve projetos junto aos sindicatos da indústria de transformação em São Paulo para aperfeiçoar legislação trabalhista.	1979 Frente de Mulheres Feministas propõe alteração do Código Civil Brasileiro, por entendê-lo "machista".	1985 2º Encontro Latino-Americano e realizado em Bertioga (litoral norte de São Paulo), com mil delegadas de países da América do Sul e Europa.
1985 Projeto "Pela Guarda e Proteção das Crianças", do conselho paulista, exige implantação de creches em todos os locais de trabalho.	1980 Instituída comissão de mulheres PT. Em São Paulo, é realizado o fórum "A Mulher e a Política", Teatro Ruth Escobar.	1986 Cinco delegacias da mulher são inauguradas nas regiões sul, oeste, norte e leste de São Paulo; três no interior do Estado (nas cidades de Limeira, São José dos Campos e Ribeirão Preto); e uma na Grande São Paulo, em São Bernardo do Campo.
1986 Em andamento "Projeto Coje" de orientação jurídica à mulher trabalhadora de São Paulo e instituído pelo Centro de Orientação Jurídica e Encaminhamento à Mulher.	1981 Reurge a Federação das Mulheres Paulistas para convocar uma Assembleia Nacional Constituinte.	1987 Existem cerca de 430 entidades feministas no Brasil.
	1982 São eleitas 58 mulheres para a Câmara dos Deputados, contra quatro em 78. Para as Assembleias Legislativas, 27 mulheres se elegeram e ainda 61 prefeitas. Instituído o departamento feminino PMDB.	
	1984 Núcleo de Mulheres do PMDB de Florianópolis (SC).	
	1986 Formada Coordenação de Mulheres de Março, reunindo 27 entidades feministas e militantes do PT, PC e PDC.	
	1987 Coordenação de Mulheres do Estado de São Paulo se articula para estudar propostas ao Congresso constituinte e pedir legalização do aborto.	

ENTIDADES INDICARÃO OS RELATORES PARA A "INICIATIVA POPULAR"

Os plenários estaduais constituintes deverão escolher, até junho próximo, cinco relatores para defenderem as propostas encaminhadas ao Congresso constituinte, através da chamada "iniciativa popular" (artigo 23 do regimento interno), que permite a apresentação de projeto às comissões constitucionais, desde que subscrito por trinta mil cidadãos e sob a responsabilidade de três entidades legalmente constituídas. A afirmação foi feita ontem pelo arquiteto Francisco Whitaker Ferreira, do Plenário Paulista Pró-Constituinte e da Comissão de Acompanhamento à Constituinte da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil). Entre as entidades que atuam junto aos plenários estaduais estão a CUT, a CGT, a Pastoral da Terra, a UNE e o Movimento dos Sem-Terra. A decisão de escolher relatores para as propostas baseadas na "iniciativa popular" foi tomada pelos vinte plenários estaduais constituintes, a partir da aprovação, em plenário, do regimento definitivo do Congresso Constituinte. A ratificação da proposta foi feita anteontem - data em que o regimento foi promulgado -, durante reunião das entidades, na Câmara Municipal de São Paulo (centro paulistano). (FSP - 26/3/87)

BOFF LANÇA CAMPANHA POR DIRETAS

Um dos expoentes da teologia da libertação, Frei Leonardo Boff, pediu a convocação de diretas para presidente, à noite, no palanque da 1ª Plenária Nacional Popular Pró-Constituinte, armado na principal praça de Vitória, depois de pregar a derrota do atual sistema. "Não só o sistema capitalista é inimigo do povo, como o atual regime, que não realizou nada. Vamos exigir um presidente que venha ungido pelo voto popular", disse. Com Boff vie-

ram os deputados federais do PT Luiz Inácio Lula da Silva (SP) e Vitor Buaiz (ES), o presidente da CUT, Jair Meneghelli, e frei Beto. Lula encerrou o ato público recordando que foi em Vitória que o ex-presidente Tancredo Neves lançou a Nova República. Agora, segundo ele, é na capital capixaba que está sendo lançado o movimento que levará o povo "as ruas para obter uma Constituinte que reflita os interesses reais do país". "A nossa chance", assegurou, "se inicia hoje em Vitória e que ela se propague por todo país, porque o político, por mais sem vergonha que seja, teme o povo. Ele só não teme quando o povo não está organizado. Temos ainda que aprender a não fazer silêncio". (JB - 29/3/87)

ÍNDIOS PREOCUPADOS COM A CONSTITUINTE

Um debate sobre a Assembléia Nacional Constituinte será iniciado hoje na aldeia de São Marcos com a participação de 150 lideranças indígenas, num evento que conta com o apoio da Fundação Nacional do Índio, por determinação do presidente da Funai, Romero Jucá Filho. Os índios mostram-se preocupados com o tratamento a ser dispensado pelo Congresso Nacional a temas envolvendo terras, direitos autoriais, artesanato, cidadania, saúde e desenvolvimento comunitário, entre outras coisas. Essa preocupação determinou a realização da reunião que poderá ser desenvolvida, doravante, também em outras regiões do País, habitadas por indígenas. Do ponto de vista político-administrativo, os silvícolas entendem ser importante para eles e para a Funai o debate em torno da Constituinte. Consideram que a não-reeleição do cacique Mário Juruna e a não-eleição de nenhum outro líder indígena deixaram esse importante segmento da sociedade sem representação junto ao Congresso Constituinte. (CORREIO BRAZILIENSE/DF - 17/3/87)

**A NOVA CONSTITUIÇÃO NÃO IRÁ VIVER STR
VOTADA ANTES DO DIA 15 DE DEZEMBRO**

O Brasil só terá uma nova Constituição, se tudo correr bem, lá pelo meio de dezembro. Isso não vai depender do esforço dos 559 constituintes. Acontece que o regimento interno, promulgado na terça-feira passada, 52 dias após a instalação dos trabalhos, estabelece um prazo mínimo de 208 dias para a elaboração da Constituição. Se os trabalhos começarem, efetivamente, na próxima quarta-feira, dia 1º de abril, a Constituição já não sairia antes de novembro. No entanto, o regimento não estabelece prazos para a discussão do projeto da Constituição em plenário. Segundo o presidente do Congresso constituinte, deputado Ulysses Guimarães, isso levará, pelo menos, um mês. Assim, a Constituição não fica pronta antes de meados de dezembro.

O exemplo claro das dificuldades fica por conta do regimento interno, que define as normas de trabalho dos constituintes: levou 52 dias para ser aprovado.

Cronograma

E o seguinte o cronograma - ou "fluxograma" como os constituintes o denominam - dos trabalhos do Congresso constituinte se as comissões forem mesmo instaladas na próxima quarta-feira:

1º de abril - O deputado Ulysses lê, em plenário, os nomes dos membros das comissões e as declara constituídas.

3 de abril - Depois de elegerem seus presidentes, vice-presidentes e relatores, as oito comissões constitucionais dividem-se em três sub-comissões cada. A única comissão que não se divide é a Comissão de Sistematização. Cada subcomissão elegerá um presidente, dois vice-presidentes e um relator.

24 de abril - Termina o prazo para que os constituintes apresentem seus projetos para a nova Constituição.

18 de maio - Termina o prazo para que cada subcomissão apresente o seu projeto, que será encaminhado à comissão a que pertence.

2 de junho - Termina o prazo para que cada comissão apresente o seu projeto, que será encaminhado à Comissão de Sistematização.

1º de agosto - Finda o prazo para que a Comissão de Sistematização apresente ao plenário o projeto de Constituição. O projeto deve ser encaminhado para publicação no Diário da Assembléa Constituinte.

31 de agosto - Termina o prazo para que os constituintes ofereçam emendas em plenário e para que sejam apresentadas as propostas de "iniciativa popular", ou seja, a possibilidade de que grupos façam as suas sugestões, coordenados por três entidades de caráter nacional.

10 de setembro - Termina a discussão do projeto em plenário. O projeto volta para a Comissão de Sistematização.

5 de outubro - O projeto volta ao plenário para votação. Não há prazo para isso. O deputado Ulysses Guimarães calcula que isso levará um mês. Depois de votado, volta para a Comissão de Sistematização.

4 de novembro - Termina o prazo para que a Comissão de Sistematização elabore a nova redação do projeto.

6 de novembro - O projeto entra em segundo turno de discussão em plenário.

21 de novembro - Termina o segundo turno de votação em plenário. Se houver emendas, o projeto volta para a Comissão de Sistematização.

1º de dezembro - Acaba o prazo para que a Comissão, se houver emendas, apresente a nova redação. Não há prazo previsto para a votação. Alguns constituintes acreditam que levará dez dias. O projeto volta para a Comissão de Sistematização.

10 de dezembro - Finda o prazo para que a Comissão de Sistematização elabore a redação final da Constituição.

15 de dezembro - O projeto é publicado no Diário da Assembléa Constituinte e aprovado em processo simbólico e maioria simples de votos. O deputado Ulysses Guimarães convoca sessão solene, em data a ser marcada, para a promulgação da Constituição. O Congresso constituinte se dissolve depois disso. No entanto, esses prazos só valem se o regimento interno for mesmo respeitado.

(FSP - 29/3/87)

CONSTITUINTE: INESC INFORMA

1. Com a posição intransigente do PFL de não participar da Mesa da Constituinte, houve a redistribuição dos cargos remanescentes. E, neste caso, conforme o líder Mario Covas, foi aumentada a participação e importância dos pequenos partidos na Mesa.

2. Com a eleição de Mario Covas, houve uma sensível abertura de espaço para a ala progressista da Constituinte. Poderão emplacar para relatores constituintes como: Domingos Leonelli (Comissão de Ordem Social), Bernardo Cabral (Comissão de Sistematização), Euclides Scalco (Subcomissão de Saúde, Seguridade e Meio Ambiente), Jose Carlos Sabóia ou Fabio Feldman (Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias), Plínio de Arruda Sampaio (Subcomissão do Poder Judiciário e do Ministério Público), Osvaldo Lima Filho ou Benedito Monteiro ou Vicente Bogo (Subcomissão da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária), Cristina Tavares (Subcomissão da Ciência e Tecnologia e da Comunicação), Hermes Zanetti (Subcomissão da Educação, Cultura e Esporte), Severo Gomes (Comissão da Ordem Econômica), etc.. Vale salientar que, anteriormente, a maioria desses constituintes não teriam nenhuma chance de ocupar esses postos. Os relatores das Comissões e das Subcomissões farão parte da Comissão de Sistematização, que é, inegavelmente, a Comissão de maior poder dentro da Constituinte.

3. A reunião da Campanha Nacional da Reforma Agrária, realizada dia 20 no Rio de Janeiro, aprovou a proposta da Campanha para a Constituinte. A mesma será entregue pela CNRA aos líderes do PMDB, PT, PDT, PCB, PC do B, PSB e ao líder da ANC, Senador Mario Covas. Estão marcadas audiências, com os líderes acima citados, para discussão do documento com os representantes das entidades que compõem a CNRA no dia 01 de abril. No mesmo dia este debate será realizado com parlamentares favoráveis à Reforma Agrária. Haverá também uma coletiva de Imprensa para dar conhecimento do teor do referido documento.

4. O INESC, juntamente com o CIMI, como representantes em Brasília da Comissão Povos Indígenas na Constituinte, tem desenvolvido intensas atividades no sentido de ampliar o número de parlamentares progressistas na Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias, bem como de articular - com grandes chances de vitória - o nome do Deputado José Carlos Sabóia ou Fabio Feldman para ocupar o cargo de relator da Subcomissão em apreço.

5. Dia 31 próximo, as entidades que compõem a Comissão Povos Indígenas na Constituinte, estará reunida em Brasília para fechar seu documento de propostas à Constituinte e realizar o debate do mesmo com os parlamentares sensíveis à questão indígena.

6. Os ambientalistas e ecologos começaram a se movimentar para as campanhas públicas em torno do tema Meio Ambiente e Ecologia, em articulações supra-partidárias. Tais movimentos tem como seu principal porta-voz na ANC o constituinte Fabio Feldman.

7. Técnicos do DIAP farão em Brasília, uma reunião no dia 3 de abril, para consolidar as propostas do Movimento Sindical à Constituinte. Em continuidade, dia 7 de abril, esses mesmos técnicos, parlamentares, entidades ligadas aos Movimentos Populares e Sindicais e entidades sindicais estarão discutindo essas propostas e traçando estratégias para a atuação da ANC.

8. Ainda há tempo para as entidades fazerem articulação e pressão, via telefonema e/ou contatos com constituintes em Brasília ou nos Estados, visando eleger os relatores das Comissões e Subcomissões que ali defendam seus interesses, o que se dará dia 01 ou 02 de abril.

Trabalhadores Urbanos

PASSEATA DE TRABALHADORES PÁRA CENTRO DO RIO

Uma passeata que reuniu milhares de pessoas, representantes de categorias profissionais, insatisfeitas com suas atuais condições de trabalho e salariais, parou ontem o Centro da cidade a partir das 16h. Os manifestantes - bancários, servidores públicos federais, professores, assistentes sociais, médicos, engenheiros, estatísticos e metalúrgicos, entre outros - saíram da Candelária, atravessaram a Avenida Rio Branco e se concentraram na Cinelândia, marcando com o Dia Nacional de Luta. Inicialmente, os bancários, servidores públicos federais e médicos residentes tinham decidido fazer suas passeatas separadamente, mas após negociações na Candelária, ponto de partida, concordaram com uma manifestação unitária, formando um bloco único. Além das categorias reunidas na passeata unitária, os caminhões, que também tinham programado para ontem, no mesmo horário e local, uma manifestação contra a eliminação de seus pontos no Centro, mudaram de plano e preferiram se reunir para conseguir assinaturas num abaixo assinado que será enviado à Prefeitura. As 16h30m, a Candelária já estava ocupada pelos servidores públicos federais, que tinham marcado o início da caminhada para as 16h. A distância, uma patrulhinha da PM vigiava o movimento, enquanto dezenas de faixas iam sendo colocadas no local. Em todas elas, cobranças ao Governo: "Igualdade para o nível médio", "Reposição salarial", "Mais saúde e menos impostos". (O GLOBO - 26/3/87)

ATO CONTRA A POLÍTICA ECONÔMICA

O presidente nacional da Central Única dos Trabalhadores, Jair Meneguelli, con-

cluiu que "a CUT está no caminho certo, quer queiram ou não" ao encerrar ontem a noite ato público realizado no Paço Municipal de São Bernardo do Campo após passeata que reuniu aproximadamente sete mil trabalhadores. A manifestação, basicamente em protesto contra a atual política econômica do governo, foi promovida pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, mas reuniu também outras categorias, como os bancários e professores em greve. Os manifestantes portavam faixas e gritavam palavras de ordem que iam desde as reivindicações dos metalúrgicos em campanha até temas gerais, como a reforma agrária e a Convenção 87 da OIT. O discurso de Meneguelli envolveu diversos temas como o problema do aluguel: "Estamos entrando num verdadeiro processo de favelamento provocado pela impossibilidade de o assalariado pagar os aumentos". Criticou o pagamento da dívida externa, lembrando que o governo "queimou as reservas cambiais do País e por isso não tem dinheiro". O líder da CUT informou aos trabalhadores que, de 1970 a 1986, US\$ 156 bilhões foram transferidos para o pagamento dos juros e amortização de um endividamento que permanece em US\$ 108 bilhões. E comparou: "A dívida externa brasileira é como o BNH, com entrada e sem saída". (ESP - 26/3/87)

METALÚRGICOS REVOLTAM-SE CONTRA JUIZES DO TRT

Durante mais de uma hora e meia, os juízes da primeira turma do Tribunal Regional do Trabalho que julgaram ilegal, por 3 votos a 2, a greve dos 5 mil 600 metalúrgicos da Açominas, foram chamados de "palhaços", "fascistas" e "juízes do capital", por líderes sindicais e deputados do PT que discursaram para empregados da usina, concentrados em frente ao tribunal. A Polícia Militar formou um cordão de isolamento do prédio, com mais de 30 soldados, sem incidentes. Esses palhaços que nos vimos no picadeiro mostraram que os trabalhadores têm que ficar cada dia

mais unidos São tribunais fascistas, como este, que maculam o dia-a-dia do trabalhador - acusou o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Betim, Edmundo Costa Vieira, através de um possante sistema de som montado em frente ao TRT. Antes de começar os discursos dos dirigentes sindicais e dos deputados, os juízes, sempre que um deles aparecia nas janelas do 10º andar, eram desafiados a descerem até a calçada, para justificar os votos e explicar por que não pagam Imposto de Renda. (JB - 28/3/87)

COMANDO NACIONAL DOS PETROLEIROS ANALISA PROPOSTA DE PARALISAÇÃO

O Comando Nacional dos Petroleiros se reunirá hoje, no Rio de Janeiro, para avaliar os resultados das assembleias realizadas ontem pelos dezesseis sindicatos de trabalhadores da Petrobrás e decidir o próximo passo no movimento pelo reajuste salarial. A tendência, segundo os dirigentes sindicais, é seguir o resultado da assembleia dos petroleiros da refinaria de Duque de Caxias (30 km do Rio de Janeiro), que, ontem à noite, decidiu decretar estado de greve desde já e recomendar ao comando nacional que hoje marque uma data para a paralisação de todas as unidades da Petrobrás no país. "A paralisação ainda depende do resultado das outras assembleias, mas nossa avaliação é de que os petroleiros irão à greve", afirmou Nilson Cesário, da diretoria do Sindicato dos Petroleiros de Duque de Caxias. A proposta feita pela Petrobrás, na semana passada, de conceder um aumento para todos os funcionários de 46% sobre o salário atual, 6% a mais do que oferecera antes. Os dirigentes rejeitaram e ontem tiveram essa posição confirmada nas assembleias de Duque de Caxias e do Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro. O ponto de maior conflito entre os sindicalistas e a direção da Petrobrás é relativo ao aumento desigual dado ao pessoal de nível superior - que teve um percentual mais eleva-

do no reajuste de janeiro - e o de nível médio. (FSP - 26/3/87)

MARÍTIMOS DEVEM VOLTAR AO TRABALHO

Os trabalhadores marítimos do longo curso e os armadores assinaram ontem um termo de compromisso para a suspensão de greve, cujas bases foram aprovadas por assembleia anteontem. De acordo com o termo, os trabalhadores do longo curso terão aumento de 120% na soldada-base (piso salarial), trinta horas extras fixas, com acréscimo de 50%, e pagamento de 40% da remuneração em dólar, sem punição para os grevistas. A assinatura do termo de compromisso não significa, entretanto, que todos os marítimos retornem hoje ao trabalho. Assinado pelos treze sindicatos com sete empresas de navegação que atuam no longo curso, o termo não soluciona a situação dos armadores da navegação costeira nem do Lloyd Brasileiro, cujos funcionários decidiram anteontem, depois da reunião de avaliação, continuar o movimento. O presidente do Syndarma, Meton Soares Jr., acredita poder resolver ainda neste fim-de-semana a situação da cabotagem: "Se o Conselho Interministerial de Preços permitir um aumento de mais 10,3% no frete, além dos 37,8% concedidos na semana passada, creio que teremos condições de dar um aumento de 100% para os marítimos"; disse. (FSP - 29/3/87)

BANCÁRIOS CONTINUAM EM GREVE

Mais uma vez, bancários, banqueiros e o governor não chegaram a um acordo, e a greve, que hoje entra no seu oitavo dia, continua. A reunião de conciliação promovida ontem de manhã pelo presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro Marcelo Pimentel, durou 40 minutos e não houve acordo entre as partes. Os bancários rejeitaram a proposta de Pimentel de voltar ao trabalho, porque os banqueiros não querem negociar, alegando que existe

um acordo em vigor, assinado em setembro do ano passado. O próximo passo será o julgamento da legalização do movimento, amanhã, às 16h, pelo plenário do TST. Os banqueiros pedem a ilegalidade da greve, com o que concorda o ministro Marcelo Pimentel, respaldado no artigo 162 da Constituição e no Decreto-lei 1632, que define as atividades essenciais proibidas de fazerem greve. Durante a reunião, representantes do Banco do Brasil reafirmaram a proposta de 30% de aumento real já,

10% em setembro e 10% em março de 88. Os bancários continuaram rejeitando a proposta, porque entendem que ela deve ser extensiva a toda a categoria. O presidente do TST disse que, com o impasse, se retira das negociações, deixando-as com o ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto. O presidente do TST avaliou a reunião como sendo uma confirmação de posições: Os bancários querem negociar e os banqueiros querem a ilegalidade da greve. (JB - 31/3/87)

Os números da greve

	total de bancários	Quanto estão parados			
		segundo grevistas	%	segundo os banqueiros	%
Sergipe	6.203	5.000	80	4.500	72
Santa Catarina	22.000	20.000	95	17.000	77
Pernambuco	25.000	25.000	100	25.000	100
Paraíba	10.000	10.000	100	10.000	100
Piauí	12.000	11.400	95	—	—
São Paulo	300.000	270.000	90	105.000	35
R.G. Sul	55.000	49.500	90	15.000	50
Bahia	30.000	24.000	80	—	—
Espírito Santo	12.000	12.000	100	12.000	100
Goiás	12.000	12.000	100	12.000	100
Ceará	18.000	17.460	97	—	—
Minas Gerais	60.000	55.800	93	36.000	60
Paraná	42.000	41.160	98	24.000	50
Rio de Janeiro	110.000	99.000	90	99.000	90
Dist. Federal	15.000	14.200	94	—	—
M.G. do Sul	10.500	10.500	100	—	—
Roraima	4.000	4.000	100	—	—
Pará	8.000	8.000	100	6.000	75
Maranhão	5.000	5.000	100	—	—
Alagoas	6.500	6.240	96	—	—

Trabalhadores Rurais

DEPUTADO DENUNCIA MORTE DE LAVRADOR NO MARANHÃO

O deputado Juarez Medeiros (PMDB) denunciou ontem da tribuna da Assembléia Legislativa do Maranhão o assassinato do lavrador e sindicalista Raimundo de Jesus Silva, morto a tiros de cartucheira no povoado de Progresso, município de Bom Jardim. Eleva-se para quatro, agora, o número de

mortos em conflitos fundiários na região da mata maranhense, segundo Medeiros. A denúncia sobre o assassinato de Raimundo de Jesus foi trazida a São Luis, ontem, por uma comissão de sindicalistas de Bom Jardim, dando conta que entre outras pessoas ameaçadas por jagunços de fazendeiros naquele município, encontra-se um delegado sindical do povoado de Canãa. Durante o expediente de ontem na Assembléia Legislativa, os deputados lamentaram a situação em que se encontra o Maranhão no setor fundiário. Em discurso, o deputado Juarez Medeiros sugeriu a "imediata subs-

tituição" do superintendente regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Francisco de Assis Souza, irmão do atual vice-governador do estado, João Alberto de Souza, a quem acusa de servir a grandes latifundiários, em detrimento de milhares de famílias de trabalhadores rurais no Maranhão. (JB - 25/3/87)

LAVRADORES SERÃO QUALIFICADOS E PODEM SER PRESOS

A 5ª Circunscrição Judiciária Militar, Auditoria de Curitiba, aceitou ontem a denúncia contra os lavradores Hamilton Gonçalves de Oliveira e Edilson Gonçalves de Oliveira, acusados por soldados do Campo de Instrução Marechal Hermes, em Santa Catarina, de terem invadido área do Exército. No próximo dia 7 de abril, os dois agricultores, que são primos, serão interrogados e qualificados pela Justiça militar. Incursos no artigo 302 do código penal - invasão de área do Exército -, eles podem ser condenados à pena de até seis meses de prisão. Hamilton foi preso pelo Exército no dia 2 de março, em Papanduvas, Santa Catarina, e levado para a delegacia de Rio Negro, no Paraná, sendo solto 12 dias depois. Disse ele que durante o interrogatório foi espancado e ameaçado de morte pelo coronel José Newton Romero, diretor do Campo de Instrução Marechal Hermes. Segundo o agricultor, foram homens do campo de instrução que invadiram as terras de seu pai para prendê-lo. Edilson Gonçalves, que também está sendo acusado no mesmo processo, não foi preso na ocasião, pois conseguiu fugir. Os dois lavradores fazem parte de um grupo que há 25 anos reivindica da União a posse da área ocupada pelo Campo de Instrução Marechal Hermes. (JB - 25/3/87)

JUIZ MANDA PRENDER MANDANTES

O juiz de direito do município pernambucano de Surubim - a 180 quilômetros da capital -, Fernando Cerqueira, decretou ontem

a prisão preventiva dos fazendeiros José do Rego Neto e Charles Guerra de Farias, acusados de mandar matar o advogado trabalhista e vereador Evandro Cavalcanti, crime praticado em 21 de fevereiro por três pistoleiros, que mataram o advogado a tiros diante da mulher e de uma filha menor. O juiz levou em conta indícios levantados pela polícia, segundo os quais os fazendeiros, que haviam ameaçado publicamente o advogado, contrataram pistoleiros para executar o crime. Os fazendeiros estão foragidos desde o final de semana, quando a notícia de que as investigações policiais se encaminhavam em sua direção. Os delegados Claudemir Gomes e Magno Nunes, responsáveis pelas investigações, estão à caça dos acusados. Ontem, os policiais envolvidos na operação apresentaram à imprensa, na sede da Secretaria de Segurança Pública, o pistoleiro Domingos Gonçalves Pereira e o Agricultor Severino Sinval Leal de Farias que, ao lado do soldado da PM Gildo Soares da Silva, teriam sido os intermediários na contratação dos pistoleiros que executaram o crime. Severino Sinval, Domingos, Gildo e mais os soldados da PM paraibana Bentano Carneiro dos Santos e Francisco Rodrigues de Souza, o Trovão, estão presos por ordem judicial, os dois últimos acusados de atirar no advogado. Há, ainda, outro acusado com prisão preventiva decretada, mas foragido: é o soldado da reserva da PM paraibana Valdecy Benício de Sá. (JB - 25/3/87)

ACAMPADOS DA ANNONI AINDA BUSCAM UM LUGAR PARA VIVER

Um ano e cinco meses após a ocupação da Fazenda Annoni por 1.500 famílias, 1.300 ainda aguardam acampadas o assentamento definitivo, 92 estão instaladas em outras duas áreas do Incra e as demais desistiram de esperar: desmontaram seus barracos e foram embora da maior aglomeração de agricultores sem terra do País. Nos próximos 15 dias, mais 40 famílias sairão da

área para serem assentadas no Município de Santiago. O Incra ainda não liberou a relação dos selecionados para esta área e há uma grande expectativa no acampamento entre as 115 famílias que se inscreveram. A terra foi lavrada e plantada em cerca de 2,2 mil hectares de soja, milho e feijão. Os agricultores, entretanto, não têm qualquer ilusão sobre a colheita prevista para o início de maio, pois a semeadura ocorreu fora da época normal e as plantações ainda sofreram os rigores de uma seca. Lembram que o Incra liberou o cultivo apenas em novembro, três meses depois do momento indicado para iniciar a preparação do solo. Muitos agricultores já estão irritados com a demora e insistem na necessidade de retomar imediatamente as mobilizações para apressar o processo de assentamento, convencidos de que, sem pressão, não conseguirão nada. (**O GLOBO - 29/3/87**)

Índios

ÍNDIOS QUEREM NOVO DIRETOR PARA XINGU

No próximo dia 25 de julho, uma reunião de lideranças indígenas no Parque Nacional do Xingu comunicará ao atual diretor, Megaron Txucarramãe, que depois de janeiro de 1988 ele deixará o cargo. Esta informação foi dada ontem pelo representante dos seis estudantes do parque que atualmente moram em Brasília, Amanuá Kamaiurá, afirmado ainda que o nome mais cotado para assumir a vaga é Teuê Kamaiurá. Segundo Amanuá, o presidente da Funai, Romero Jucá Filho, afirmou no ano passado que a saída de Megaron da direção do parque seria decidida pela própria liderança indígena, assim como a indicação de outro nome. Agora os índios do Xingu começam a discutir a atual situação do parque e seus principais problemas com o objetivo de levar à sua direção um representante mais atuante. "Está na hora de colocar lá

alguém escolhido pelos caciques", diz Amanuá, comentando que todos desejam uma melhor administração do parque. Segundo Maân Caiabi, outro estudante do Xingu em Brasília, "está faltando tudo por lá, falta medicamento, alimentação, até o posto da Funai está praticamente abandonado". Ele diz que todos os caciques estão desejando mudanças além de uma cobrança mais rígida diante da Funai em Brasília. (**CORREIO BRAZILIENSE/DF - 20/3/87**)

OS ÍNDIOS PARALISAM A FERROVIA POR 10 HORAS

Durou apenas dez horas a suspensão do tráfego na ferrovia de Carajás, a segunda principal via de escoamento de minério do País, que amanhã será percorrida pelos presidentes José Sarney e Mario Soares. No início da noite de terça-feira, os índios Gavião que habitam uma reserva no Sul do Pará, cortada pela linha férrea aceitaram novo prazo para o governo retirar os posseiros que ocupam metade de suas terras. Para protestar contra as sucessivas protelações de uma solução para o problema, os índios começaram a se concentrar no Km 702 da ferrovia, na madrugada de terça-feira, sem chegar propriamente a bloqueá-la. Há quase quatro meses o Ministério da Reforma Agrária prometeu retirar os posseiros em 60 dias, mas não tomou nenhuma iniciativa. O ministro Danté de Oliveira, após o protesto dos índios na terça-feira, prometeu apresentar uma solução para o dia 8 de abril, em reunião com os Gavião, que não querem encontrar o ministro em Belém e sim em sua própria aldeia: "Estamos cansados de promessas", justificou um representante da tribo. (**ESP - 26/3/87**)

ÍNDIOS GAVIÃO LIBERAM O TRÁFEGO NA FERROVIA DE CARAJÁS

O cacique Gavião, Krukrenu concordou em retirar hoje pela manhã seus guerreiros da ferrovia Carajás-Ponta da Madeira, de propriedade da Companhia Vale do Rio Do-

ce, por onde escoa o minério de ferro da serra dos Carajás, no Pará, até São Luís. O chefe tomou a decisão de desobstruir a estrada de ferro ao receber confirmação de Brasília que no dia 8 de abril o ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário, Dante de Oliveira, vai a Marabá para resolver definitivamente a questão dos posseiros na reserva Mãe Marin, de 62 mil 488 hectares. Na manhã de ontem, depois de vários contato com Brasília, a Funai levou ao cacique Krukrenu a proposta do ministro Dante de Oliveira e os índios retiraram os obstáculos que haviam posto sobre os trilhos, próximo a Marabá, e o tráfego foi restabelecido. (JB - 26/3/87)

ÁREAS GUARANI SERÃO HOMOLOGADAS

O ministro do Interior, Ronaldo Costa Couto, assegurou em Brasília que "antes do dia 19 de abril (Dia do Índio) as áreas guaranis do Estado de São Paulo terão seu decreto de homologação assinado pelo presidente Sarney". O ministro respondeu, assim, a uma reivindicação dos Guarani que se reuniram na Aguai - Ação Guarani Indígena do Estado de São Paulo - e por outros indígenas do Paraná, representantes do Conselho Indianista Guarani e Conselho Indigenista Caiagangue que foram a Brasília. Os territórios Guarani no Estado de São Paulo já estão demarcados e homologados pelo governo estadual por força de um convênio entre a Funai e Sudelpa, desde abril de 1986. Em dezembro do ano passado, o grupo de trabalho, constituído por representantes da Funai, Ministério do Interior, Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário e Conselho de Segurança Nacional, encampou a proposta da Funai considerando as áreas Guarani do Estado de São Paulo de ocupação imemorial por parte dos índios. Falta agora, para finalizar o processo, que o presidente da República assine o decreto homologando essas áreas. Os Guarani que saíram ontem de Brasília para seus aldeamentos garantem que ficarão atentos ao

problema, voltando ao Distrito Federal "ou para comemorar a vitória do povo indígena, como queremos, ou para exigir que nossos direitos sejam nessas áreas reconhecidos". (ESP - 26/3/87)

POLÍCIA DESENTERRA AS CRIANÇAS GUARANI

Um grande aparato policial do homem branco foi mobilizado, ontem à tarde, para a realização da exumação de três cadáveres e o recolhimento de mais um, todos de crianças índias guaranis, que morreram de sarampo numa área localizada no Cantagalo, ao sul de Porto Alegre, divisa com o Município de Viamão. Eram sete viaturas - seis da Polícia Civil e uma da Brigada Militar - incluindo pessoal da Delegacia de Homicídios, Instituto de Criminalística, Instituto Médico Legal e da 7ª Delegacia de Polícia, de Belém Novo, que tem jurisdição sobre a área. A denúncia de que pequena comunidade indígena estava enterrando seus mortos partiu de vizinhos, que desconheciam o motivo das mortes e temiam uma epidemia. A ação dos policiais chocou os guaranis, que possuem um senso de religiosidade muito agudo, mas não houve nenhuma reação hostil por parte dos índios que se viram envolvidos numa macabra burocracia que, para eles, certamente não tem sentido. O choque cultural, evidente e inevitável, não passou de mais uma ocorrência a ser registrada nos arquivos do Estado. Para os indígenas foi a violência do homem branco, mais uma vez perpetrada contra um povo que se recusa a aceitar a tutela do branco representado pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI). A Associação Nacional de Apoio ao Índio (ANAI) na pessoa do repórter-fotográfico Assis Hofmann, que preside a entidade, esteve no local, chegando a tempo de intermediar os entendimentos. Uma picada de difícil acesso é o caminho por onde se chega a um grupo de choças de pau-a-pique e palha de coqueiro. São 11 famílias e nem mesmo o cacique Artemio ou o capitão Artur sabem dizer quantos habitantes há ali. "Só contando", desculpa-se Artur, cujo filho de

um ano e um mês morreu há cinco dias e cujo corpo estava embrulhado em panos e numa pequena esteira feita de taquara. Foi o primeiro cadáver a ser recolhido. (ZERO HORA - 18/3/87)

Igrejas

IGREJA CHILENA:

PARA SERÁ O 'MENSAGEIRO DA VIDA'

Para a Igreja católica, o Papa João Paulo II virá ao Chile, no dia 1º de abril, como "mensageiro da vida". E esse slogan foi impresso em inúmeros cartazes azuis e amarelos, espalhados por Santiago, anunciando a visita de cinco dias do Pontífice ao país. Mas, para o Governo militar chileno, há muito tempo criticado pela Igreja, o Papa será apenas "o mensageiro da paz". E é assim que ele tem sido chamado pelo canal de televisão estatal e em todas as entrevistas de autoridades governamentais. O que parece ser uma simples discussão sobre a terminologia mais adequada é, na verdade, um sinal claro das desavenças entre a Igreja progressista chilena e o Governo presidido pelo General Augusto Pinochet, há 13 anos no poder. Nôso lema é a vida, em oposição à morte, a qualquer tipo de morte, tanto a física, quanto a moral e psicológica, dos inúmeros desempregados chilenos, por exemplo - explica Carmen Serrano, Assessora de Imprensa do Vicariato de Solidariedade. - O Governo não concorda com o lema da Igreja porque quer que o Papa seja visto no Chile apenas como o apaziguador do conflito com a Argentina, pelo Canal de Beagle". De fato, foi João Paulo II quem evitou uma guerra entre os dois países, servindo de mediador nas negociações. Essa é a sua 33ª visita ao exterior, desde que se tornou Papa, e a primeira ao Chile. Mas para o Vicariato de Solidariedade, a crise internacional superrada pertence ao passado. A ênfase no momento é a questão dos Direitos Humanos, constantemente violados. E O Governo, por sua vez, quer justamente evitar a discussão de problemas internos. (O GLOBO - 29/3/87)

CENSURA AO LIVRO DE BOFF FERE REGULAMENTO DA CNBB

A declaração da Comissão Arquidiocesana para a Doutrina da Fé do Rio de Janeiro, "desaconselhando vivamente" o livro "A Trindade, a Sociedade e a Liberação" (Editora Vozes, 1986), do teólogo franciscano Leonardo Boff, fere o regulamento da Comissão Episcopal de Doutrina (CED) da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). A declaração foi divulgada no último dia 17, no "Boletim da Revista do Clero", publicação oficial da arquidiocese. Já o pedido encaminhado pela arquidiocese fluminense à Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé, do Vaticano, para que este livro e outro texto de Boff, "E a Igreja se Fez Povo" (Vozes, 1986), sejam examinados pelos censores chefiados pelo cardeal Joseph Ratzinger, fere o princípio de "subsidiariedade" da Igreja Católica brasileira. Segundo este princípio, questões eclesiásias brasileiros só podem ser encaminhadas ao Vaticano em última instância. O regulamento da CED, segundo apurou a Folha, prevê que cabe à Comissão de Doutrina "examinar a concordância com a fé católica das publicações e outros meios destinados ao ensino da doutrina, quando solicitada pela presidência (da CNBB) ou por um membro da conferência episcopal. Além disso, acrescenta que a CED não tomará nenhuma atitude "sem que antes faça ciente o autor em exame, ao qual cabe amplo direito de explicações". (FSP - 26/3/87)

ENCÍCLICA SOBRE MARIA REAFIRMA A OPÇÃO DA IGREJA PELOS POBRES

Um apelo para que a Igreja renove o compromisso de amor preferencial pelos pobres, ao aproximar-se o terceiro milênio, figura na sexta Encíclica do Papa João Paulo II, divulgada ontem, e consagrada à Virgem Maria. Nas 114 páginas do documento, intitulado "Redemptoris Mater" ("A Mãe do Redentor"), o Papa assinala que o caminho atual da Igreja está marca-

do pelo ecumenismo, e propõe que se recorra a Maria, como mãe comum, para facilitar uma urgente união dos cristãos. A Encíclica, que tem o subtítulo "Sobre a Bem-aventurada Virgem Maria na Vida da Igreja Peregrina", reafirma os ensinamentos da Igreja sobre Maria: seu nascimento sem pecado, a concepção e maternidade sem perder a virgindade, e sua ascensão de corpo é alma ao céu. O documento consta de uma introdução, três partes e uma conclusão. A primeira parte, "Maria no Mistério de Cristo", é uma meditação sobre a pessoa de Maria e sua relação com Cristo, seu Filho; na segunda parte, "A Mãe de Deus no Centro da Igreja Peregrina", trata-se da problemática relativa ao "caminho da Igreja e união dos cristãos" e ao sentido cristão da liberdade; na terceira parte, "Mediação Materna", são colocados pontos da doutrina católica sobre o papel de Maria como intercessora e mediadora de graças. É na segunda parte que o Papa, lembrando o "Magnificat" (cântico de Maria, exaltando o Senhor), assinala que se deve salvaguardar a importância que os pobres e a opção em favor dos pobres têm na palavra de Deus. (O GLOBO - 26/3/87)

POLÍCIA PARAGUAIA REPRIME PROTESTO EM IGREJA

Policiais paraguaios investiram contra centenas de oposicionistas que saíram de uma missa pela passagem do 3º aniversário do fechamento do jornal "ABC Color", na noite de domingo, na catedral de Assunção, capital do país. Entre os presentes estava o senador Severo Gomes (PMDB-SP), presidente da Comissão de Relações Exteri-

ores do Senado, que está no Paraguai chefiando uma delegação de parlamentares brasileiros que vem mantendo contato com setores da oposição naquele país. Severo Gomes também desmentiu que o embaixador norte-americano no Paraguai, Clyde Taylor, que mantém reuniões freqüentes com setores da oposição, tivesse sido ferido. "O embaixador estava na missa, mas saiu da catedral normalmente", disse o senador. O Itamaraty não comentou o incidente e a comitiva de parlamentares brasileiros deve retornar hoje a São Paulo. (FSP - 24/3/87)

INTERNACIONAIS

POLÍCIA CHILENA REPRIME E PRENDE FAMILIARES DE PRESOS

A polícia chilena prendeu ontem 38 mulheres e dois homens que realizavam na capital, Santiago, uma manifestação pacífica de apoio aos 358 presos políticos que estão em greve de fome em todo o país. Os manifestantes, em sua maioria parentes dos presos, acorrentaram-se às grades que cercam a sede do Ministério da Justiça, sendo reprimidos pelos policiais com gás lacrimogêneo e jatos de água. Alguns conseguiram fugir depois que os soldados cortaram as correntes. Eles fizeram um apelo público ao papa João Paulo 2º para que interceda pelos presos em sua visita ao país, que começará quarta-feira. A Comissão Chilena dos Direitos Humanos divulgou ontem um relatório sobre as violações a esses direitos denunciadas no país no ano passado (veja o quadro abaixo), praticadas por forças militares e clandestinas, informando que elas triplicaram em relação a 1985. (FSP - 28/3/87)

VIOLACÕES DOS DIREITOS HUMANOS NO CHILE EM 1987

Tipo de Violação	Incidências	Média Mensal
Mortes	58	4,8
Tentativas de Assassinatos	252	21,0
Prisões Arbitrárias	33.655	2.805,4
Ameaças	559	46,6
Torturas	255	21,3
Tratamento cruel, desumano e degradante	757	63,3



Nos dias 4 e 7/9/87 estará acontecendo em São Paulo (local a definir), o quarto Congresso Nacional de Jovens Trabalhadores.

Um espaço onde a juventude trabalhadora elegeu, para discutir e analisar, a situação social e política da juventude trabalhadora nacional.

Promoção: JOC do Brasil e Entidades Afins.

LANÇAMENTOS DO CEDI

Pai nosso (Rubem Alves) - Co-edição com Edições Paulinas. Cz\$ 110,00

Um enfoque poético-teológico da figura do Pai. "O pai de olhos mansos só existe em nós como uma nostalgia, uma saudade, uma tristeza. Mansidão precisa voltar. E sabemos que ela é a dádiva de um olhar. E é por isto que Jesus nos ensinou a orar, chamando de volta o olhar manso, aquele que nos fará sorrir de novo: Pai nosso..."

Trabalhadores urbanos no Brasil/82-84, Aconteceu Especial 16, Cz\$ 70,00.

Levantamento dos principais fatos que marcaram a vida dos trabalhadores urbanos no Brasil, no período que abrange três anos: 1982, 1983 e 1984. Traz análises das conjunturas econômica, po-

lítica e sindical e um levantamento, na imprensa sindical e diária, dos principais acontecimentos de cada categoria profissional dos trabalhadores urbanos.

O caminho da escola — luta popular pela escola pública, Cadernos do CEDI 15, Cz\$ 50,00

Periferia: desafio à unidade, Cadernos do CEDI 16, Cz\$ 50,00

Dois novos lançamentos da série Cadernos do CEDI. O primeiro trata das lutas dos movimentos populares da Zona Leste da cidade de São Paulo pelo direito à educação. O segundo registra a experiência das igrejas Metodista, Episcopal e IECLB (Iuremarana) na implantação de uma Pastoral Ecumênica de Periferia, no sul do país.

Faça seu pedido através de cheque nominal para o CEDI — Av. Higienópolis, 983 — CEP 01238 — São Paulo — SP